

1 **Ata 12/2024** – Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro,
2 às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de
3 Assistência Social, situada na Avenida Maripá, cinco mil e setenta e sete, Centro, em
4 Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social
5 (CMAS), de forma presencial, para realização da Reunião Ordinária, contando com a
6 presença dos/as conselheiros/as da Gestão 2024-2026 descritos/as na lista de
7 presença que é parte integrante desta ata. A Vice-Presidente Ana Clara Schneider
8 cumprimenta todas as pessoas presentes e apresenta a ordem do dia nos termos do
9 Edital de Convocação nº 11/2024, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de
10 Toledo, no dia 27 de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, Edição nº 4.163,
11 Página 288, contendo os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a Ata nº
12 10/2024 – CMAS; **b)** Deliberar sobre a Ata nº 11/2024 – Extraordinária CMAS; **c)**
13 Deliberar pela aprovação do Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira
14 referente ao exercício de 2023 **d)** Cronograma reuniões CMAS 2025; **e)** Relatos e
15 deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS: • Comissão Técnica; • Comissão
16 de fiscalização; • Comissão de Orçamento; • Comissão de Acompanhamento da
17 Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social. **f)** Apreciação e
18 deliberação do Plano Municipal de Educação Permanente; **INFORMES: a)** Informes da
19 SMAS • Plano de Ação para ampliação da Casa de Passagem; • Apresentação da
20 síntese dos Acordos Judiciais em relação às Casas Abrigo. • Deliberação 87/24 CEAS
21 (migrantes); **b)** Relato das Comissões externas e representações: • Conselho Municipal
22 de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA; • Comissão de Benefícios Eventuais
23 de Assistência Social; • Comissão Bolsa Agente de Cidadania; • Comissão Intersetorial
24 de Convivência Familiar e Comunitária do CMDCA; • Comissão Intersetorial de Controle
25 Social do Programa Bolsa Família; • Núcleo de Educação Permanente do SUAS de
26 Toledo; **c)** Correspondências recebidas e expedidas; **d)** Outros informes. Após a leitura
27 da pauta, a Vice-Presidente Ana Clara informa da necessidade de suprimir os itens “a”
28 e “b” da pauta em virtude das atas nº 10/2024 e 11/2024 não terem sido concluídas em
29 tempo hábil para encaminhamento aos conselheiros para leitura prévia e possíveis
30 ajustes. Ela comunica também que o conselheiro Erik Roberto Vicentini Teixeira,
31 encaminhou um ofício solicitando inserção de um ponto de pauta, que trata da alteração
32 do horário das reuniões do CMAS, no entanto em razão desse ofício ter entrado na
33 caixa de e-mail como “spam”, o que foi constatado pelo Secretário do CMAS em

34 momento posterior à reunião da Mesa Diretora, além que devido a pauta da presente
35 reunião já ser bastante extensa e o ponto por ele proposto demandar um tempo maior
36 de discussão, ela propõe que esse assunto seja ponto de pauta da próxima reunião. Ela
37 menciona ainda o pedido de inclusão de outro ponto de pauta e passa a palavra para a
38 conselheira Cíntia Regina Brun, membro da Mesa Diretora, que informa que foi
39 recebido ofício da APA, informando a substituição da representante titular da entidade
40 neste Conselho, Assistente Social Geonice Martins Fedel pela Sra. Sara Rosa da Cruz
41 Macedo, dependendo dessa inclusão na pauta para a deliberação de alteração na
42 composição das comissões de trabalho do CMAS. A Vice-Presidente Ana Clara coloca
43 a pauta em votação, com as alterações propostas, sendo aprovada pelos presentes. Na
44 sequência, ela convida o Diretor do Departamento de Gestão Financeira do SUAS, Sra.
45 Jean Michell Fagundes Bispo para o item **c) Deliberar pela aprovação do**
46 **Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira referente ao exercício de**
47 **2023**. Ele inicia a apresentação dizendo se tratar do demonstrativo sintético da
48 execução físico-financeira dos recursos federais transferidos e executados ao longo do
49 exercício de 2023, ficando sob sua responsabilidade apresentar a parte financeira e a
50 parte física será apresentada pela Diretora de Gestão do SUAS e conselheira Cíntia
51 Regina Brun. Ele esclarece que esta será a última apresentação neste formato, uma
52 vez que a partir de 2024 a prestação de contas será realizada pelo novo sistema BB
53 Gestão Ágil, em conjunto com a plataforma Agiliza SUAS. Ele informa que a prestação
54 de contas se refere ao ano de 2023, por ser este o período aberto pelo Governo
55 Federal e explica que o demonstrativo, instituído pela Portaria nº 146 de 30 de
56 setembro de 2024, se refere exclusivamente à execução de recursos federais. Apesar
57 de constarem informações sobre recursos estaduais e municipais, estes não são objeto
58 de prestação de contas obrigatória no sistema. Jean ressalta que a apresentação é
59 bem sintética nesta reunião, porém para os membros da Comissão de Orçamento do
60 CMAS são encaminhados diversos relatórios que originaram esta apresentação e que
61 foram objeto de reunião prévia com as conselheiras Esther Luiza de Souza Lemos e
62 Rosiany Favareto, integrantes da referida comissão e que emitiram um parecer
63 favorável. Dando início a apresentação dos números, no bloco da Proteção Social
64 Básica, em 31 de dezembro de 2022 foi apurado um superávit de R\$ 507.235,73
65 (quinhentos e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos) que foi
66 reprogramado para 2023, Além disso, em 2023 foram recebidos recursos, sendo que

67 esses recursos tiveram rendimentos, que totalizaram um total de receita de
68 R\$ 342.926,63 (trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e
69 sessenta e três centavos). O total executado no exercício de 2023 foi de R\$ 569.880,07
70 (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e sete centavos). Sendo
71 assim, o saldo para o exercício de 2024 já aprovado no início do ano, que é o superávit,
72 foi de R\$ 280.282,29 (duzentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e
73 nove centavos). De forma a comparar o saldo apurado com o saldo que o Governo
74 Federal informou que havia, Jean destaca que há vários anos existe uma diferença de
75 R\$ 0,01 (um centavo) ou R\$ 0,02 (dois centavos) nas contas do Governo Federal, não
76 havendo explicação para essa diferença, sendo que já foi aberto protocolo junto ao
77 Governo Federal, já foram orientados a lançar essa diferença de R\$ 0,01 (um centavo),
78 porém a diferença persiste. Com a mudança de sistema a expectativa que esse
79 problema seja corrigido. Seguindo com a apresentação, ainda no âmbito na Proteção
80 Social Básica, houve recursos que foram repassados através de emendas
81 parlamentares. Jean comenta que estamos vivendo uma nova era no SUAS, que é o
82 recebimento de recursos financeiros através de emendas, sendo que no ano de 2023
83 foram recebidos R\$ 102.829,16 (cento e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e
84 dezesseis centavos) já considerando os rendimentos, não tendo sido executados por
85 não ter havido tempo hábil, sendo reprogramado para o exercício de 2024. O Diretor
86 Jean faz questão de mencionar o que sempre tem informado, visto que houve mudança
87 na gestão do CMAS e alteração de muitos conselheiros, que ao se observar o
88 percentual entre os valores recebidos e o valor executado não ser muito alto, se justifica
89 porque os recursos do Governo Federal não há como saber com antecedência quando
90 o valor será recebido nem quanto será recebido, de maneira que não há como se fazer
91 um planejamento. Outro dado que o Diretor Jean traz, até por um questionamento da
92 Comissão de Orçamento devido o baixo percentual executado, é que o valor total de
93 recurso federal recebido foi de 342.926,63 (trezentos e quarenta e dois mil, novecentos
94 e vinte e seis reais e sessenta e três centavos), mas o valor gasto foi de R\$ 569.880,07
95 (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e sete centavos), o que foi
96 possível pela reprogramação do superávit do ano anterior. Na sequência falando sobre
97 o bloco da Proteção Social Especial, tendo sido apurado em 31 de dezembro de 2022
98 um superávit de R\$ 706.021,83 (setecentos e seis mil reais e vinte e um reais e oitenta
99 e três centavos), sendo recebido no ano de 2023, acrescido dos rendimentos, que

100 totalizaram um total de receita de R\$ 405.857,57 (quatrocentos e cinco mil e oitocentos
101 e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), e o valor executado de
102 R\$ 638.052,12 (seiscentos e trinta e oito mil, cinquenta e dois reais e doze centavos),
103 sendo o saldo para o exercício de 2024 de R\$ 473.827,38 (quatrocentos e setenta e
104 três mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos). O Diretor Jean chama a
105 atenção para o dado que nos anos anteriores havia mais superávit e menos receita e
106 bastante execução, porém é algo que não deve permanecer, quando não houver
107 superávit, o que resultará que somente poderá ser executado o que efetivamente for
108 recebido, demandando a necessidade de mais aportes do município ou a redução de
109 investimentos ou despesas com serviços. Continuando sua explanação, em relação ao
110 AceSuas - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, Jean
111 informa que já foi registrado junto ao Governo Federal um protocolo para devolução dos
112 recursos que estão há anos sem serem executados em razão de sua extinção, porém
113 para emissão da Guia de recolhimento desse valor para a União é necessário que
114 sejam informados os dados para preenchimento dessa guia. Outra fonte que
115 permanece com saldo é o SUAS/COVID que em 2022 havia um superávit de 97.829,24
116 (noventa e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo
117 que as portarias acerca desse recurso orientavam que os recursos poderiam ser gastos
118 com a pandemia da Covid-19 até uma determinada data, tendo esse valor ficado como
119 saldo por mais de um ano sem uma orientação, porém havendo rendimentos no
120 período, se o valor poderia ser gasto ou não; o que somente ocorreu no final do ano de
121 2022, autorizando que o valor poderia ser gasto, tendo sido essa fonte reaberta e
122 reprogramada para o exercício seguinte, sendo executado o valor de R\$ 66.165,07
123 (sessenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e sete centavos), ficando um saldo
124 de R\$ 36.066,73 (trinta e seis mil e sessenta e seis reais e setenta e três centavos,
125 sendo que o prazo para esse saldo ser gasto seria até 31 de dezembro de 2024,
126 estando sendo aguardada a orientação do Governo Federal sobre como, quando e pra
127 onde direcionar a devolução. Em relação ao IGD SUAS o Diretor Jean informa que em
128 31 de dezembro de 2022 tinha um superávit de R\$ 14.025,89 (quatorze mil, vinte e
129 cinco reais e oitenta e nove centavos), a receita recebida em 2023 foi de 12.165,11
130 (doze mil e cento e sessenta e cinco reais e onze centavos), a execução de foi
131 R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e o saldo apurado é de R\$ 15.391,00 (quinze
132 mil, trezentos e noventa e oito reais). Ele destaca que no ano de 2023 do valor previsto

133 foi recebido apenas 26% (vinte seis por cento) e no ano de 2024 nada foi recebido.
134 Com referência ao IGD Bolsa Família/Auxílio Brasil, devido que houve a alteração na
135 nomenclatura do programa para Auxílio Brasil, a orientação era para que a fonte do
136 Bolsa Família fosse zerada, sendo que já tinha sido alcançado o percentual de
137 execução de 98,74% (noventa e oito vírgula setenta e quatro por cento), sendo
138 posteriormente o programa voltou a ser Bolsa Família. Desta forma, em 31 de
139 dezembro de 2022 o superávit do IGD Bolsa Família ficou em R\$ 129.231,39 (cento e
140 vinte e nove mil e duzentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), com uma
141 receita de R\$ 4.997,81 (quatro mil e novecentos e noventa e sete reais e oitenta e um
142 centavo) e foram executados R\$ 132.535,05 (cento e trinta e dois mil e quinhentos e
143 trinta e cinco reais e cinco centavos) e um saldo de 1.694,14 (um mil e seiscentos e
144 noventa e quatro reais e quatorze centavos). Jean lembra que esses valores se referem
145 ao ano de 2023, sendo que em 2024 foram recebidos recursos para essa conta do
146 Bolsa Família e nada mais foi recebido na conta do Auxílio Brasil, havendo a orientação
147 para zerar essa conta. Referente ao IGD Auxílio Brasil, considerando que ele foi criado
148 em 2022, não houve superávit, tendo sido recebido em 2023 o valor de R\$ 157.446,81
149 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e um
150 centavos), foram gastos R\$ 51.042,78 (cinquenta e um mil e quarenta e dois reais e
151 setenta e oito centavos), com um saldo de 106.404,03 (cento e seis mil, quatrocentos e
152 quatro reais e três centavos). Falando da execução total da Secretaria de Assistência
153 Social em 2023, Jean destaca que em 2023 houve um recorde de execução financeira
154 tomando como referência o período de 2019 a 2023, lembrando que em 2020 e 2021
155 em decorrência da Covid-19 houve uma redução dos gastos, havendo uma retomada
156 forte a partir de 2022 e esse recorde em 2023, o que demonstra que os recursos
157 financeiros disponíveis estão sendo executados, o que também é previsto para o ano
158 de 2024 quando se alcançou o percentual de 90% (noventa por cento), o que é um
159 desempenho excepcional, visto que é raro um município atingir mais de 70%, 75% ou
160 mesmo 78% de execução da receita. O índice alcançado é resultado de um esforço
161 coletivo, envolvendo a gestão, os serviços, as equipes técnicas, bem como a
162 mobilização de usuários e prestadores de serviços. Antes de finalizar o Diretor Jean,
163 também foi uma solicitação da Comissão de Orçamento, apresenta um gráfico que
164 comparativo da arrecadação de recursos federais no período de 2018 até agosto de
165 2024. No gráfico, observa-se que a previsão de repasses do Governo Federal,

166 representada por uma linha rosa clara, manteve-se estável ao longo dos anos, sem
167 reajustes, desconsiderando, portanto, as perdas inflacionárias. Ele ressalta que o valor
168 repassado em 2018 tem atualmente um poder de compra consideravelmente inferior,
169 mas o montante permanece o mesmo, ou até menor, pois muitas vezes nem o valor
170 pactuado é efetivamente transferido. No mesmo gráfico ele aponta uma linha rosa
171 escuro, que representa a previsão corrigida anualmente com base em reajustes
172 inflacionários, indicando uma progressão. No entanto, uma linha azul, correspondente
173 ao valor efetivamente recebido, revela defasagem considerável em comparação às
174 previsões. A única exceção ocorreu durante os anos da pandemia, em que houve
175 repasses extraordinários no âmbito do SUAS. Após esse período, o financiamento
176 praticamente desapareceu. O Diretor Jean observa que no ano de 2024 os valores
177 recebidos ainda não atingem sequer a previsão inicial, sem correção. Além disso, se
178 identificou que as emendas parlamentares, que até então não estavam presentes,
179 passaram a ser repassadas e já se aproximam do valor do cofinanciamento regular e
180 automático e traz um alerta que se esse cenário persistir, poderá ocorrer uma inversão,
181 com as emendas superando o cofinanciamento regular. Esse quadro aponta para um
182 risco de politização da política pública, transformando o SUAS em uma política de
183 gabinete, dependente de articulações políticas para captação de recursos, o que fere o
184 princípio de equidade e universalidade da assistência social. Ele sugere que seja
185 defendido que tanto o Governo Federal quanto os governos estaduais e municipais
186 devem legislar pela destinação de um percentual mínimo de arrecadação para o SUAS,
187 visto que nenhuma política pública é viável sem financiamento adequado. Há ainda o
188 perigo do desfinanciamento, considerando que os recursos investidos são
189 discricionários e, portanto, sujeitos a oscilações conforme a vontade política do gestor,
190 o que representa um risco à continuidade e estabilidade dos serviços. Na sequência ele
191 apresenta o saldo financeiro das contas do Fundo Municipal de Assistência Social em
192 31 de dezembro de 2023, disponível em acesso público. O total de recursos federais
193 disponíveis era de R\$ 1.539.823,11 (hum milhão e quinhentos e trinta e nove mil e
194 oitocentos e vinte e três reais e onze centavos). Esse valor é considerado
195 extremamente baixo, sobretudo considerando que o orçamento total da assistência
196 social no município gira em torno de R\$ 44 milhões (quarenta e quatro milhões de reais).
197 Encerrada a apresentação da parte financeira a Diretora de Gestão do SUAS e
198 conselheira Cíntia Regina Brun inicia a explanação da parte física do demonstrativo,

199 referente às metas e atendimentos realizados, conforme os dados inseridos no sistema
200 do Governo Federal. Ela explica que esses dados envolvem pactuações realizadas
201 desde 2014 e que nunca foram reformuladas, embora a realidade do município tenha
202 mudado significativamente, com a criação de novos serviços e o aumento da demanda.
203 No âmbito da Proteção Social Básica, destaca-se que, em 2023, 16.074 famílias foram
204 atendidas pelos CRAS de Toledo, superando a pactuação original de 15 mil famílias.
205 Nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, pactuados para atender até
206 510 crianças e adolescentes, o atendimento real alcançou 1.476 crianças e
207 adolescentes. Contudo, nas situações prioritárias, que envolvem crianças de 0 a 17
208 anos e maiores de 60 anos, como egressos de medidas socioeducativas, crianças e
209 adolescentes em acolhimento institucional e crianças advindas de famílias em situação
210 de violência e/ou trabalho infantil, a pactuação era de 255 atendimentos e foram
211 realizados apenas 148, apontando para a dificuldade de adesão e reconhecimento de
212 situações de violência por quem está vivenciando aquela realidade. Na proteção social
213 especial de média complexidade foram apresentados os seguintes dados: Serviço de
214 Abordagem Social (pessoas em situação de rua e trabalho infantil): 112 atendidos no
215 ano de 2023, embora não houvesse pactuação inicial, pois o serviço foi implantado
216 após a adesão formal; Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: pactuado 40
217 atendimentos, tendo sido atendidos 94 adolescentes nos dois CREAS; Atendimento
218 especializado a pessoas com deficiência, idosas e suas famílias (executado pela APAE):
219 24 atendimentos com repasse via termo de fomento; No Serviço de Atendimento
220 Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI em situação de violência ou violação de
221 direitos (idosos, mulheres, LGBT) o pactuado era 80 atendimentos, sendo atendidos
222 1.186 usuários. Na proteção social especial de alta complexidade os dados em 2023
223 foram: No acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o pactuado foi de 30
224 atendimentos e foram atendidos 174 crianças e adolescentes nas quatro Casas Abrigo
225 que temos no município. No acolhimento em residência inclusiva para jovens e adultos
226 com deficiência foram atendidos 4 usuários em serviço municipal (não contabiliza o
227 serviço da APAE, que não recebe financiamento federal). Foi apresentado ainda o
228 acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em 2023, com
229 indicadores mensais relacionados à frequência escolar, vacinação e atualização
230 cadastral. Os dados apontaram evolução ao longo do ano, com destaque para o
231 aumento na taxa de atualização cadastral e da frequência escolar. O recurso financeiro

232 destinado ao programa é utilizado para custear operadores do Cadastro Único e a
233 manutenção dos serviços nos CRAS. Ao final da apresentação, foi informado que a
234 Secretaria Municipal de Assistência Social concluiu o preenchimento do sistema,
235 cabendo agora ao CMAS deliberar e inserir os pareceres até o dia 29 de dezembro de
236 2024. Não havendo questionamentos, o Demonstrativo Sintético da Execução Físico-
237 Financeira referente ao exercício de 2023 foi colocado em votação, sendo aprovado por
238 unanimidade. **d) Cronograma reuniões CMAS 2025:** Seguindo a pauta da reunião, é
239 apresentado aos conselheiros o cronograma de reuniões ordinárias do CMAS para o
240 ano de 2025, mantendo-se as reuniões na primeira quarta-feira de cada mês, com início
241 às 8h15. A conselheira Ana Clara Schneider, que conduz esta reunião, informa que o
242 calendário se inicia em fevereiro, considerando que tradicionalmente não há reunião no
243 mês de janeiro. Ela também lembra o que foi dito no início da reunião, que o
244 conselheiro Erik Roberto Vicentini Teixeira está solicitando a alteração do horário das
245 reuniões do CMAS, momento em que o conselheiro Erick justifica seu pedido de
246 alteração, havendo uma diálogo entre os presentes e considerações sobre o tema ser
247 tratado na próxima reunião, considerando a mudança na gestão dos representantes
248 governamentais deste Conselho, o que é da concordância de todos e o cronograma de
249 reunião do CMAS para 2025 é colocado em votação e aprovado pela maioria. **e)**
250 **Relatos e deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS:** A Presidente da
251 Comissão Técnica, Camila Taiara Perachi informa que a comissão se reuniu no início
252 de novembro para iniciar a discussão sobre a alteração do Regimento Interno do CMAS
253 já havendo alguns apontamentos, no entanto em virtude de neste mês de dezembro
254 alguns membros da comissão estarão ausentes por férias ou muitas demandas de
255 trabalho, além de que no início de 2025 já haverá alterações na composição do CMAS
256 e suas comissões de trabalho, a revisão do Regimento Interno ficará como tema para
257 discussão no próximo ano. Na sequência a Presidente da Comissão de Fiscalização,
258 Cíntia Regina Brun, informa que no dia 28 de novembro, foi realizada pela Comissão
259 de Fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social uma série de visitas às
260 unidades da rede socioassistencial, com o objetivo de avaliar o funcionamento dos
261 serviços, a estrutura física, os recursos humanos e financeiros, bem como verificar o
262 cumprimento das metas pactuadas. Iniciando os relatos o conselheiro Wellington
263 Cassio Barbosa da Silveira comenta que o trio integrado por ele realizou as visitas aos
264 dois CREAS no dia 28 de novembro de 2024. Buscando sintetizar as informar, ele

265 informa que os serviços executados no **CREAS I** são seguintes serviços: Serviço de
266 Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de
267 Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas
268 (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), e Serviço de Proteção
269 Social Especial para Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas e suas famílias. Para o
270 ano de 2024 estão previstos recursos próprios do município no valor de
271 R\$ 1.405.742,24, enquanto não há previsão de recursos estaduais. Os recursos
272 federais somam R\$ 104.750,80, o que representa menos de 10% do total investido pelo
273 município, sendo que cerca de 50% deste valor federal é referente a superávit de anos
274 anteriores. Com relação ao número de atendimentos no CREAS I em 2023, foi de 565
275 usuários atendidos, com uma capacidade de atendimento de 270 pessoas. A equipe
276 técnica é composta por uma coordenadora que é assistente social, seis assistentes
277 sociais, seis psicólogos, um pedagogo, um advogado, três educadores sociais, dois
278 assistentes administrativos, sendo um deles compartilhado com o CREAS II, uma
279 prestadora de serviços gerais e um motorista. Ele destaca que em 2024 já ouve a
280 inserção de um profissional pedagogo, conforme previsto na NOB-RH/SUAS no que
281 tange à Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, que até 2024 não
282 estava implantado. Quanto à estrutura física do CREAS I, é uma estrutura adequada,
283 tendo sido construída especificamente para esse fim. No entanto, há um problema
284 estrutural relevante: uma rachadura significativa decorrente da proximidade com o
285 heliponto do PAM – Pronto Atendimento Municipal do Mini Hospital, distante cerca de
286 50 metros. A situação já foi objeto de visita técnica. Destaca-se positivamente a
287 existência de sala de atendimento infantil e brinquedoteca, essenciais considerando
288 que o CREAS atende crianças e adolescentes, oferecendo um espaço lúdico para
289 acolhimento e espera. Conclui-se que os serviços estão sendo executados, há previsão
290 de novos projetos a serem implementados entre 2024 e 2025. Apesar de os recursos
291 humanos serem utilizados de forma eficaz, há uma crescente demanda reprimida no
292 serviço PAEFI voltado ao público adulto, especialmente pessoas com deficiência e
293 idosos. Para atenuar esta situação, houve articulação entre os CREAS, e o CREAS II
294 passou a atender algumas famílias do CREAS I. Contudo, como os serviços são
295 territorializados, se considera urgente o estudo para ampliação da equipe técnica do
296 CREAS I. Foi apontado ainda que a licença do Corpo de Bombeiros da unidade está
297 vencida, com validade até maio de 2024. No entanto, a solicitação de renovação já foi

298 protocolada. Desta forma, o parecer da Comissões Técnica e de Fiscalização é
299 favorável. Colocada em votação a manutenção da inscrição do CREAS I, todos os
300 conselheiros se manifestam favoravelmente. A conselheira Ana Clara Schneider,
301 integrante do mesmo trio, relata a visita realizada no mesmo dia 28 de novembro de
302 2024 ao **CREAS II**, que além dos serviços executados são os mesmos que o CREAS
303 oferece o Serviço Especializado em Abordagem Social. Para 2024, os recursos próprios
304 previstos para a unidade somam R\$ 1.886.761,79, enquanto os recursos federais
305 permanecem em R\$ 104.750,80. Em 2023, foram atendidos 2.251 usuários, com
306 capacidade de atendimento de 2.023. A equipe do CREAS II conta com 80 profissionais,
307 incluindo dez psicólogos, onze assistentes sociais, quatro assistentes de
308 desenvolvimento, um advogado, um assistente administrativo, um motorista e um
309 coordenador. Durante a visita, observou-se a ausência de isolamento acústico nas
310 salas de atendimento, o que compromete a privacidade dos atendimentos
311 especializados. Apesar disso, todos os serviços estão em funcionamento, sem registro
312 de demandas reprimidas. A coordenadora sugeriu a criação de uma nova estrutura
313 física para resolver essa e outras demandas. O parecer das comissões também é
314 favorável. Colocada em votação a manutenção da inscrição do CREAS II, todos os
315 conselheiros se manifestam favoravelmente. O conselheiro Wellington informa que foi
316 retomada a análise do **NACA – Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes**,
317 cuja visita havia sido relatada em reuniões anteriores, mas devido a pendências o
318 parecer estava inconclusivo. Após ofício pelo CMAS enviado à Secretaria de
319 Assistência Social, a mesma respondeu por meio do Ofício nº 1989/2024-SMAS de 7 de
320 outubro, encaminhando as informações solicitadas. Ele relata que os seis projetos
321 executados pelo NACA que são: "Convivência e Viver Bem", "Quem Sou Eu",
322 "Atividades Esportivas e Recreativas", "Alimentação Saudável", "Oferta Sem Vínculos"
323 e "Inserção e Acompanhamento Familiar" estão em pleno funcionamento. Havia
324 ausência de documentos formais desses projetos, mas esta questão foi regularizada.
325 Também foi esclarecida a articulação do NACA com o CRAS, onde os atendimentos e
326 encaminhamentos são feitos pela profissional da equipe técnica do CRAS de referência,
327 que faz o atendimento da família antes da inserção dos usuários na unidade. Outro
328 ponto que havia sido levantado que foi sobre suspeitas de violação de direitos ou casos
329 de violência, que foram identificados pela equipe do NACA, que para a Comissão não
330 ficaram claros, que a SMAS ratificou que todas as situações dessa natureza são

331 encaminhadas para a técnica de referência do CRAS. Outra pendência também sanada
332 é sobre os usuários de Cadastro Único, tendo sido encaminhada pelo NACA uma nova
333 relação que cita que dos 101 usuários atendidos, 99 possuem número de identificação
334 social (NIS), o que representa 98% de cobertura. Com isso, o parecer das Comissões é
335 favorável à manutenção da inscrição do NACA, que a Vice-Presidente Ana Clara coloca
336 em votação, sendo aprovado por unanimidade. Seguindo com os relatos da Comissão
337 de Fiscalização o conselheiro Alex Aparecido Sunahara apresenta os apontamentos
338 relativos à visita à entidade **Cáritas Diocesana de Toledo**, sendo seu primeiro pedido
339 de inscrição no CMAS. É uma organização que atua na defesa e garantia de direitos e
340 recebeu em 2023 recursos financeiros no valor de R\$ 198.046,48, sendo R\$ 48.957,12
341 provenientes de convênio com Itaipu e R\$ 149.086,36 de recursos próprios. É uma
342 entidade que majoritariamente atende migrantes, auxiliando no encaminhamento de
343 documentação, ou outras situações que demandem algum atendimento mais específico.
344 A entidade atendeu em 2023 o número de 1.296 migrantes, ainda que não possua uma
345 capacidade formal estipulada, nem metas iniciais. A equipe é composta por dez
346 pessoas, sendo duas atuantes na execução direta (uma assistente administrativa e um
347 coordenador de projeto) e oito voluntários integrantes da diretoria, não havendo
348 técnicos atualmente. Contribuindo com o relato a conselheira Cínthia que também
349 esteve na visita à Cáritas, informa que a ação da entidade consiste na concessão de
350 benefício de auxílio-alimentação via cartão, numa parceria com a entidade Auxílio
351 Fraternal, com valores entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00 conforme o número de membros da
352 família migrante e se algum membro da família está ou não empregado. A seleção é
353 feita por um sistema automatizado, com base em dados inseridos pela equipe
354 administrativa. Foi recomendado pela Comissão que se avalie a inclusão de um
355 profissional técnico para análise mais criteriosa das realidades das famílias
356 beneficiadas. Os cartões são benefícios emergenciais, com vigência média de um a
357 dois meses, com o objetivo de apoiar o processo de organização inicial das famílias
358 migrantes. A entidade além de auxiliar no encaminhamento para regularização
359 documental realiza a tradução de materiais e traduz materiais informativos em diversos
360 idiomas. Também atua com projetos voltados à migração e economia solidária,
361 promovendo ações com famílias, atividades coletivas, capacitações semestrais para a
362 equipe e avaliação das ações executadas. Alexsandro e Cínthia pontuam que a
363 entidade não possui alvará de funcionamento nem licença do Corpo de Bombeiros. A

364 justificativa apresentada foi de que o imóvel utilizado pertence à antiga Casa Paroquial,
365 hoje sede de um organismo diocesano, e os responsáveis não souberam informar
366 detalhes sobre a regularização. A Comissão, portanto, encaminhou ofício à entidade
367 solicitando providências formais para a regularização documental, destacando a
368 necessidade de tais documentos para a formalização da inscrição no Conselho, o qual
369 foi respondido pelo seu Presidente Pe. André Boffo Mendes que informa que a Cáritas
370 ocupa um espaço cedido pela Mitra Diocesana e desde quando ocupam aquele espaço
371 não possuem Laudo do Corpo de Bombeiros, não sendo de sua responsabilidade a
372 providência de obtenção do referido documento, uma vez que ocupam um espaço
373 cedido. A conselheira Cíntia ressalta que por ser o primeiro pedido de inscrição da
374 entidade, a Comissão de Fiscalização entende que a decisão quanto a um parecer
375 favorável ou não seja decidido pela plenária, embora entenda que a Licença do Corpo
376 de Bombeiros é uma condicionante para todas as entidades, inclusive para os
377 equipamentos da rede governamental, devendo a entidade Cáritas atender de forma
378 correta o que é exigido, com a apresentação do referido documento, sendo que pela
379 Comissão o parecer é desfavorável. Há neste momento um diálogo entre os
380 conselheiros em que se ressalta que havendo neste momento um parecer desfavorável
381 não significa que, embora não seja uma entidade formalmente tipificada, não se
382 reconheça a relevância dos serviços prestados, havendo a necessidade, no entanto, de
383 parte deste Conselho de uma conceituação do serviço e qual ação vai definir esse
384 serviço como uma garantia de direitos, uma vez que a entidade não executa um serviço
385 tipificado, devendo ser um ponto catalizador de acolhida para acompanhamento e
386 referenciamento junto à rede socioassistencial. Ainda em relação à análise de novos
387 pedidos de inscrição no CMAS de entidades e serviços por elas executados, a
388 conselheira Solange Silva dos Santos Fidelis e Secretária da SMAS ressalta a
389 importância de garantir que a entidade seja formalmente informada sobre o teor da
390 análise. Considerando o parecer desfavorável à inscrição da entidade Cáritas
391 Diocesana de Toledo, a Vice-Presidente Ana Clara Schneider, que conduz esta reunião,
392 coloca o tema em votação, sendo o parecer desfavorável ratificado pelos conselheiros
393 presentes. A conselheira Cíntia lembra aos presentes que conforme disposto em
394 resolução do Conselho, a instância recursal é o Conselho Estadual de Assistência
395 Social (CEAS). Prosseguindo com os relatos da Comissão de Fiscalização, outra
396 entidade visitada foi a **GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao**

397 **Desenvolvimento Regional**, sendo também seu primeiro pedido de inscrição no CMAS,
398 a qual atua na defesa e garantia de direitos sendo próprios os recursos financeiros no
399 montante de R\$ 380.000,00. Em 2023 foram atendidos 273 usuários, não havendo
400 capacidade formal estipulada, atendendo atualmente em torno de 125 adolescentes.
401 Durante a visita observou-se certa ausência de clareza quanto à composição do quadro
402 de recursos humanos. Em Toledo, a filial conta com cinco profissionais, e em Cascavel,
403 que presta apoio à unidade de Toledo, há mais quatro. Em Toledo, os profissionais são
404 considerados operacionais: assistentes administrativos e instrutores de aprendizagem
405 com formação em ensino médio, administração e nutrição. Questionou-se, no entanto, a
406 ausência de profissionais técnicos na unidade. Foi esclarecido que a equipe técnica,
407 composta por psicólogo e assistente social, é vinculada à sede em Cascavel e presta
408 atendimento eventual à unidade de Toledo, conforme demanda. Não há, contudo,
409 regularidade ou carga horária definida para essa atuação. É apontado pelos
410 conselheiros Alexsandro e Cíntia que, embora haja relato de que os instrutores
411 realizam encaminhamentos nos casos de identificação de violação de direitos, a
412 efetividade dessas ações depende da disponibilidade da equipe técnica de Cascavel. A
413 ausência de equipe técnica fixa em Toledo gera fragilidades no acompanhamento e
414 referenciamento adequado na rede. Em relação à estrutura física, a unidade funciona
415 em espaço sublocado da instituição Unipar, próximo ao Premem. Dispõe de sala
416 administrativa, quatro salas de aula, copa e banheiro. O serviço é voltado à população
417 em situação de vulnerabilidade social e há controle dos encaminhamentos realizados.
418 Durante a análise documental, verificou-se que as planilhas incluíam dados de
419 encaminhamentos realizados pelos Conselhos Tutelares e pelos CRAS e CREAS.
420 Contudo, no momento da visita, não havia encaminhamentos ativos por parte de
421 CREAS, tampouco informações completas sobre os serviços. Foram relatadas dúvidas
422 quanto à capacitação dos profissionais. A instituição utiliza um sistema próprio, com
423 capacitações remotas realizadas semestralmente. Também ocorrem reuniões remotas
424 entre a sede e as filiais. Ainda assim, persistem dúvidas quanto ao detalhamento
425 técnico do serviço, especialmente no que se refere à atuação da equipe técnica e sua
426 regularidade. Conforme a Comissão de Fiscalização havia solicitado a entidade
427 apresentou os documentos requeridos, tais como laudos e atualizações do quadro
428 técnico, com carga horária informada, como por exemplo, coordenação e assistente
429 social com 40h semanais. Contudo, identificou-se divergência entre o declarado e a

430 atuação efetiva. Considerou-se que a ausência de técnico fixo em Toledo compromete
431 o cumprimento das diretrizes do SUAS, que preveem a presença de profissional de
432 referência para articulação na rede e acompanhamento das famílias. Foi sugerido que a
433 manutenção da inscrição fique condicionada à apresentação, de forma clara e objetiva,
434 da carga horária fixa da equipe técnica na unidade de Toledo. Optou-se, portanto, por
435 não deliberar pela aprovação imediata, mas sim pelo encaminhamento de ofício
436 solicitando essa definição como condicionante para futura aprovação. Foi observado
437 que nas duas visitas de fiscalização realizadas a diferentes instituições se verificou a
438 mesma dificuldade, que é a ausência de preparo das equipes para receber a comissão
439 do CMAS. Em ambos os casos, não havia presença de técnicos ou coordenadores,
440 sendo os conselheiros atendidos por profissionais administrativos, que não dispunham
441 de todas as informações solicitadas, apesar do agendamento prévio com antecedência
442 de cerca de 15 dias. Concluído o relato acerca da entidade GERAR e os diálogos entre
443 os conselheiros, a conselheira Ana Clara coloca em votação a deliberação pelo
444 encaminhamento de ofício à entidade com a condicionante para sua aprovação pela
445 plenária referente a informação da carga horária da equipe técnica na unidade Toledo,
446 o que é aprovado por todos. Na sequência o conselheiro Ademilson Luiz do Nascimento
447 passa a relatar a análise pela Comissão de Fiscalização do **CRAS VI – Itinerante**. Ele
448 informa que os serviços estão sendo executados, o qual apresenta estrutura de
449 atendimento nos diversos distritos do município. A principal demanda apresentada pela
450 Coordenação é a necessidade de uma van adaptada para transporte da equipe e
451 realização dos atendimentos, uma vez que em muitas localidades não há estrutura
452 física adequada. A equipe conta atualmente com dois assistentes sociais, um psicólogo,
453 coordenação, um Assistente em Administração na recepção, um operador de Cadastro
454 Único, uma terceirizada de serviços gerais e motorista. Sendo o parecer das Comissões
455 favorável à manutenção da inscrição do CRAS VI – Itinerante, a conselheira Ana Clara
456 coloca em votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Outro relato que o
457 conselheiro Ademilson traz é referente ao **CRAS V – Santa Clara IV**, cuja estrutura
458 física consideram desnecessário citar, visto que a construção da nova sede está em
459 andamento, os únicos apontamentos foram a necessidade de substituição do ar-
460 condicionado da recepção e da sala da coordenação, já solicitados, e a ampliação da
461 estrutura com construção de sala própria para o PROJOVEM, hoje compartilhada com o
462 CEU das Artes. Já existe projeto aprovado e em execução. Contribuindo com o relato a

463 Secretária da SMAS e conselheira Solange informa que o projeto inclui a construção de
464 banheiros de uso público, considerando a utilização do espaço da Praça do Céu das
465 Artes por moradores e jovens, nos finais de semana. Com referência aos recursos
466 humanos do CRAS V, a equipe conta atualmente com dois assistentes sociais, dois
467 psicólogos, coordenação, um Assistente em Administração na recepção, um operador
468 de Cadastro Único, um Assistente em Desenvolvimento Social para o Projovem e uma
469 terceirizada de serviços gerais. Sendo o parecer das Comissões favorável à
470 manutenção da inscrição do CRAS V – Santa Clara IV, a conselheira Ana Clara coloca
471 em votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Seguindo os relatos, o
472 conselheiro Ademilson informa que na visita ao **CRAS III – Coopagro** foi observado
473 que os serviços estão sendo executados. Na parte estrutural houve adequações, porém
474 ainda com limitações no espaço físico. A equipe precisa compartilhar horários para uso
475 das salas conforme a demanda. A localização também foi considerada de difícil acesso,
476 considerando que o CRAS III atende usuários da Vila Industrial, Vila Becker, Santa
477 Maria, parte do Jardim Pancera, além da expansão urbana com a implantação de dois
478 novos loteamentos em localização mais aos fundos do bairro Coopagro. É sugestão da
479 técnica que acompanhou a equipe na visita que para o futuro se avaliar uma possível
480 mudança do CRAS III para área mais próxima aos bairros do centro e a instalação de
481 outro CRAS para atender aos usuários na abrangência do bairro Coopagro e áreas
482 próximas. Sendo o parecer das Comissões favorável à manutenção da inscrição do
483 CRAS III, a conselheira Ana Clara coloca em votação, sendo aprovado pelos
484 conselheiros presentes. Em relação ao **CRAS IV - Panorama**, se trata de um
485 equipamento que funciona em local cedido e compartilhado há três anos,
486 comprometendo a dinâmica de trabalho. Há necessidade urgente de espaço físico
487 próprio, visto que banheiros, salas de atendimento e sala de reuniões são
488 compartilhadas. Relata-se ainda a ausência de ar-condicionado em algumas salas, sem
489 estrutura elétrica para instalação. A equipe é robusta, contando com três assistentes
490 sociais, dois psicólogos, duas Assistentes de Desenvolvimento Social para atendimento
491 ao PROJOVEM, um Assistente em Administração na recepção, três operadores de
492 CAD além da Coordenação. Existe projeto arquitetônico aprovado para construção de
493 nova sede, com cerca de 550m², considerado adequado, sendo que a proposta é a
494 demolição da sede antiga e construção da sede nova. Reforçou-se a importância de se
495 buscar recursos, inclusive por meio de emendas parlamentares, para viabilização da

496 obra. Sendo o parecer das Comissões Técnica e de Fiscalização favorável à aprovação
497 da manutenção do CRAS IV – Panorama, com destaque à urgência da construção da
498 sede própria. A conselheira Ana Clara coloca em votação, sendo aprovado pelos
499 conselheiros presentes. Em continuidade aos relatos das visitas da Comissão de
500 Fiscalização, a conselheira Paola de Medeiros Souza informa que além dela fazem
501 parte do trio designado para as visitas que ela passará a relatar, os conselheiros
502 Rodrigo Daniel Gonçalves Leal e Adriel José de Quadros. Iniciando os relatos, Paola
503 informa que em 13 de novembro de 2024 realizaram a visita na **Casa de Passagem**, a
504 qual atende pessoas e famílias em situação de rua, mulheres e famílias em situação de
505 desabrigo por violência doméstica e pessoas em situação de passagem pelo município.
506 Tem uma característica de acolhimento diferente em relação às Casas Abrigo que
507 atendem crianças e adolescentes, por ter uma maior rotatividade. A Casa de Passagem
508 é um imóvel locado, sendo que a comissão observou que se faz necessário uma
509 melhoria no isolamento acústico da sala de atendimento, principalmente da sala da
510 Coordenação onde também são realizados atendimentos, considerando não permitir
511 uma privacidade para o usuário que está em atendimento, devido haver uma janela por
512 onde outros usuários passam, sendo necessário que os mesmos sejam orientados a
513 não acessar aquele corredor quando há um atendimento na sala da coordenação. Ela
514 informa que o local está sendo reformado, sendo que o coordenador do serviço já
515 pontuou a necessidade de adequação do isolamento acústico da sala de atendimento,
516 além de melhoria na acessibilidade, o que já estaria no projeto da reforma, bem como
517 uma vistoria na parte elétrica. Quanto à estrutura física é adequada, mas está passando
518 por ampliação para permitir o aumento da capacidade de acolhimentos. Em relação aos
519 projetos, estão sendo realizados parcialmente, os atendimentos são conforme a
520 demanda, estão sendo feitas capacitações em parceria com a Escola de Governo e a
521 Secretaria de Assistência Social, as quais são ofertadas nos períodos fora do horário de
522 expediente dos cuidadores, de forma que os mesmos não se ausentem no período do
523 trabalho, por ser um serviço de funciona 24 horas. O número de cuidadores no
524 momento está adequado, sendo o parecer das Comissões Técnica de Fiscalização
525 favorável à manutenção da inscrição da Casa de Passagem no CMAS. A conselheira
526 Ana Clara coloca em votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Na
527 sequência a conselheira Paola informa sobre a visita de fiscalização realizada na **Casa**
528 **Abrigo para Adolescentes**, no dia 13 de novembro de 2024. Trata-se de um serviço

529 de acolhimento institucional com funcionamento em regime de 24 horas. Atualmente, a
530 unidade funciona em uma estrutura alugada, conforme informado pela Coordenadora
531 da Casa Abrigo Nillia e pelo Assistente Social da equipe técnica Logans que
532 destacaram que o local atual é provisório, estando prevista a construção de uma sede
533 própria para o serviço. A estrutura atual atende à demanda de adolescentes em
534 acolhimento. A capacitação da equipe é promovida anualmente, abrangendo toda a
535 equipe técnica e coordenação, bem como os profissionais que atuam nas demais
536 Casas Abrigo. Em relação à documentação obrigatória, foi informada a ausência do
537 alvará do Corpo de Bombeiros, sendo explicado que o modelo atual de vistoria exige
538 um atestado emitido por engenheiro técnico. Como o município não dispõe desse
539 profissional diretamente, a orientação recebida foi de que será realizada licitação no
540 próximo ano para contratação. Considerando a urgência, o prefeito indicou um
541 engenheiro que emitirá os atestados necessários, viabilizando a obtenção dos laudos
542 dos Bombeiros. Quanto ao quadro de recursos humanos, a equipe da Casa Abrigo para
543 Adolescentes está completa, com servidores próprios e serviços terceirizados para
544 alimentação, cozinha e serviços gerais. A comissão observou que, apesar de se tratar
545 de uma estrutura provisória, o espaço está adequado para o atendimento atual, sendo
546 fundamental que a futura sede seja construída de forma específica e planejada para
547 atender integralmente às necessidades do serviço. O parecer das Comissões Técnica
548 de Fiscalização é favorável à manutenção da inscrição da Casa Abrigo para
549 Adolescentes, momento em que a conselheira Ana Clara coloca em votação sendo
550 aprovado por todos os conselheiros. Finalizando seus relatos, a conselheira Paola
551 informa que no dia 27 de outubro de 2024 foi realizada a visita de fiscalização na **Casa**
552 **Abrigo Menino Jesus III**, sendo um pedido de inscrição no CMAS. A unidade atende
553 crianças e adolescentes e também funciona em imóvel alugado. A estrutura foi
554 considerada compatível com o número atual de acolhidos. A equipe passa por
555 capacitações contínuas e o número de servidores foi considerado adequado, embora
556 tenha sido registrada a vacância de um cargo em razão de pedido de exoneração, cuja
557 reposição já está em trâmite. Assim como nas demais casas, a licença do Corpo de
558 Bombeiros ainda não foi apresentada. Dentre as observações feitas, destacou-se a
559 necessidade de adequação do local de armazenamento do gás de cozinha, pois a atual
560 instalação, dentro da dispensa da casa, representa risco. A coordenadora informou já
561 ter solicitado que o botijão seja instalado em área externa segura, prevenindo qualquer

562 tipo de acidente, especialmente em finais de semana, quando o fornecimento de gás
563 pela empresa costuma ser interrompido. Outras melhorias estão em andamento, como
564 a construção de um parquinho, atualmente em processo de licitação, e ajustes
565 estruturais no refeitório, que apresentou problemas com infiltrações. A Casa III, conta
566 com servidores próprios para serviços gerais e cozinha, diferente das demais unidades,
567 o que foi atribuído ao seu processo de implantação mais recente. Contribuindo com o
568 relato, a Secretária e conselheira Solange informa que em referência a instalação do
569 parquinho a licitação já está agendada, havendo uma previsão orçamentária no valor de
570 R\$ 690.000,00 para a licitação do parquinho, aquisição de mobiliários, eletrodomésticos
571 e estruturação das Casas Abrigo Menino Jesus I, II, III, Casa Abrigo para Adolescentes
572 e Casa de Passagem. Ao todo, o valor investido deverá alcançar R\$ 800.000,00. As
573 Comissões se manifestaram com parecer favorável à inscrição da Casa Menino Jesus
574 III, sendo colocado em votação e aprovado sem manifestações contrárias pelos
575 presentes. Dando sequência à pauta da reunião dá-se início ao item **f) Apresentação**
576 **do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS** pela conselheira Cíntia
577 Regina Brun, com a presença da Tatiana, representante do Núcleo de Educação
578 Permanente NEP, assim como a Ana Clara Schneider que representa o CMAS no NEP.
579 Cíntia informa que o plano é resultado de um ano de trabalho do NEP/SUAS de
580 Toledo, que realizou diagnóstico, levantamento de dados e consulta aos trabalhadores
581 da rede SUAS. O plano tem como objetivo principal qualificar os trabalhadores do
582 SUAS, tanto da rede governamental quanto da não governamental, com vistas à
583 melhoria do atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Ele considera a
584 Política Nacional de Educação Permanente, estabelecida desde 2013, mas também
585 incorpora a realidade local de Toledo, que já conta com regulamentações próprias,
586 como decretos municipais e a Escola de Governo. O documento é composto por:
587 apresentação, contextualização da política nacional, diagnóstico situacional da
588 realidade local, perfil dos trabalhadores, levantamento das necessidades formativas,
589 definição de metas, estratégias de monitoramento e avaliação. Atualmente, Toledo
590 conta com 501 trabalhadores no SUAS, sendo 76% na rede governamental e 24% na
591 rede não governamental, distribuídos em vinte e oito unidades da rede e identificados
592 por gênero, se possuem alguma deficiência, também separados por eixo de
593 complexidade, sendo que atualmente 42% trabalhando na alta complexidade, 39% na
594 proteção social básica, 12% na média complexidade e 7% são funções de gestão,

595 coordenações, servidores do Almoxarifado Social, que são identificados por função
596 exercida. São também separados por vínculo dos trabalhadores, se estatutário, CLT,
597 terceirizados, processo seletivo ou cedido. Outra separação é pela carga horária dos
598 trabalhadores, escolaridade, tempo de atuação no SUAS/Toledo, que Cíntia destaca
599 que cerca de dois terços dos trabalhadores têm menos de três anos de atuação, o que
600 reforça a necessidade de formação contínua, tanto introdutória quanto especializada
601 para os trabalhadores que atuam a mais tempo. Ela informa que foi realizada pesquisa
602 com ampla participação dos trabalhadores, que indicaram 31 temas prioritários para
603 capacitação. As ações foram categorizadas conforme os níveis de escolaridade e
604 funções exercidas. Dentre os principais objetivos do plano estão: garantir oferta de
605 capacitações para todos os trabalhadores; garantir que as ações de capacitação
606 promovidas pela SMAS sejam em horário de trabalho, o que já tem sido sinalizado nas
607 visitas de fiscalização deste Conselho nos equipamentos; desenvolver estratégias para
608 participação das organizações da sociedade civil nas ações de formação; realizar
609 diálogos intersetoriais com o objetivo de garantir a certificação de algumas ações de
610 supervisão técnica, que já ocorrem, mas sem a certificação; manter a realização de
611 capacitações para o CMAS; realizar estudo a nível municipal para regulamentar
612 dispensas remuneradas para participação em atividades de pós-graduação, que
613 ocorrem de segunda-feira a sexta-feira, sendo que há trabalhadores que desejam se
614 especializar e no momento não é possível essa liberação, além de garantir orçamento
615 suficiente para o desenvolvimento das ações. O plano tem vigência de cinco anos
616 (2025–2029) e prevê ações contínuas e específicas para cada período. Ressalta-se a
617 importância de garantir a autonomia do NEP/SUAS para certificação das ações, visto
618 que hoje a certificação depende exclusivamente da Escola de Governo, embora as
619 ações sejam executadas pelas secretarias. Cíntia destaca que toda e qualquer revisão
620 e adequação deste Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS deve sempre
621 ser apreciada e aprovada por este Conselho Municipal de Assistência Social. O
622 documento será disponibilizado no site da Prefeitura, com os anexos que incluem:
623 portaria de criação do NEP/SUAS de Toledo; levantamento das capacitações de 2023,
624 totalizando 320 horas de capacitação promovidas pelo Poder Público Municipal, seja
625 pela SMAS ou pela SMDH; formulário de consulta e ofício de articulação com as
626 coordenações. Com a palavra a conselheira e Secretária da SMAS parabeniza a
627 comissão, especialmente a Cíntia, evidenciando o trabalho complexo realizado, com

628 uma apresentação que embora suscinta foi bem explicativa, o que demonstra a
629 qualidade das nossas equipes na condução desse trabalho, que em outros casos
630 demandaria a contratação de uma empresa especializada, estando bem detalhado e
631 com base na realidade que foi a consulta aos trabalhadores da rede governamental e
632 das Organizações da Sociedade Civil Após a apresentação, o plano é colocado em
633 votação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Seguindo com
634 a pauta, conforme inclusão aprovada no início desta reunião, **g) substituição da**
635 **representante titular da APA – Lar de Idos no CMAS:** A conselheira Ana Clara
636 Schneider faz a exposição do assunto, informando a substituição da representante
637 titular da APA, no segmento de Entidades Prestadoras de Serviços de Proteção Social
638 Especial, Assistente Social Geonice Martins Fedel pela Sra. Sara Rosa da Cruz Macedo,
639 sendo proposto pela Mesa Diretora a manutenção das atribuições que vinham sendo
640 desempenhadas pela Geonice nas comissões que ela integrava. Desta forma,
641 considerando que a Geonice estava presidindo a Comissão de Orçamento deste
642 Conselho e, nessa condição passa a ser presidida pela Sara, a mesma
643 conseqüentemente passa a integrar a Mesa Diretora do CMAS. Ela coloca em votação
644 a aprovação da substituição da representante titular da APA, sendo aprovada pelos
645 conselheiros presentes. Dando início aos **INFORMES**, a conselheira Ana Clara abre
646 espaço para o item **a) Informes da SMAS: Plano de Ação para ampliação da Casa**
647 **de Passagem:** Presente na reunião a Diretora da Proteção Especial de Alta
648 Complexidade, Marília Borges Leite, inicia sua fala citando sobre o aumento das
649 pessoas em situação de rua, o que demandou um planejamento de ampliação da
650 estrutura existente na Casa de Passagem, sendo a capacidade atual de acolhimento
651 para 29 usuários, tendo sido iniciado no começo do ano de 2024 um planejamento de
652 organização, planejamento das reformas e construções necessárias, o que ainda está
653 pendente. Para que o Conselho possa acompanhar o que ainda está em execução, ela
654 informa que a obra estando concluída o espaço terá uma capacidade de acolher 56
655 pessoas em situação de rua. Marília informa que as readequações estão em processo,
656 tendo sido feito um levantamento de mobiliário que, conforme já foi dito, estão em
657 processo de licitação ainda neste mês. O que fica pendente para o início do ano de
658 2025 é a finalização da obra que o município fará, que é a troca de lajotas, a
659 organização das salas na parte de baixo da estrutura e a previsão de entrega dos
660 móveis que está prevista para janeiro ou fevereiro do próximo ano. Ela informa que com

661 o aumento da capacidade da Casa de Passagem a equipe de recursos humanos terá
662 que dobrar, tanto no número de cuidadores sociais como de equipe técnica, o que será
663 solicitado somente quando a estrutura da unidade estiver adequada para a capacidade
664 máxima de 56 usuários. Para melhor compreensão pelos conselheiros referente a
665 reforma e ampliação da Casa de Passagem, Marília apresenta algumas imagens do
666 andamento da obra. Constatou-se que a estrutura da base para a ampliação já foi
667 executada, contemplando desde a fundação até a organização interna da nova ala. A
668 área construída será destinada ao funcionamento do refeitório, considerando-se que
669 serão 56 pessoas acolhidas no local. A ampliação visa garantir a reorganização da
670 estrutura e a adequação dos espaços conforme a nova demanda. A nova entrada
671 principal será pelo lado esquerdo do prédio, com acesso direto à nova estrutura. A obra
672 está em fase de finalização, incluindo adequações nos banheiros para atender a nova
673 capacidade de acolhimento. Marília informa que haverá uma separação entre os
674 públicos acolhidos: o piso superior será destinado ao público masculino, que representa
675 a maioria dos acolhidos, enquanto o piso inferior será exclusivo para mulheres e
676 crianças, incluindo famílias migrantes em situação de vulnerabilidade. A Secretária da
677 SMAS Solange Silva dos Santos Fidelis informa que está em andamento a **alocação**
678 **de imóvel para o funcionamento do CIASOP**, com previsão de publicação de
679 Inexigibilidade de Licitação na próxima semana. A casa abrigo para mulheres vítimas
680 de violência doméstica deverá estar em funcionamento até março do próximo ano.
681 Assim, os acolhimentos por demanda específica de violência de gênero deixarão de ser
682 realizados na Casa de Passagem, passando a ser atendidos diretamente na nova
683 unidade. A Casa de Passagem se destinará, portanto, a mulheres em situação de rua e
684 famílias em situação de desabrigo. A Diretora Marília informa aos conselheiros que o
685 único ponto pendente é a finalização da obra, de responsabilidade do município, que
686 está pactuado, e a contratação de recursos humanos. O restante dos
687 encaminhamentos encontra-se devidamente articulado. Ela sugere que o CMAS realize
688 um acompanhamento dessas ações, sobretudo no início do ano, para garantir a
689 continuidade das propostas em andamento. Marília ressalta que as demandas não são
690 novas, sendo acompanhadas historicamente pelo Conselho, que tem o compromisso de
691 manter a regularidade e fiscalização dos serviços prestados. Outro ponto dos Informes
692 da SMAS trata da **Apresentação da síntese dos acordos judiciais firmados para**
693 **adequação e ampliação da rede de acolhimento institucional**. A Secretária da

694 SMAS informa que um dos principais acordos se refere à Casa Abrigo Menino Jesus I,
695 localizada na região da Pioneira, uma casa que já passou por várias reformas e diante
696 da necessidade de reformas estruturais profundas, optou-se pela construção de uma
697 nova sede, ao invés de reformar a atual. A nova casa foi projetada para atender
698 integralmente às exigências da Vigilância Sanitária, incluindo estrutura para oxigênio e
699 cuidados com crianças com graves problemas de saúde. O projeto contempla cerca de
700 800m², com custo estimado de R\$ 3,5 milhões. A previsão de início da obra é para o
701 segundo semestre do próximo ano, com entrega total (incluindo mobiliário) prevista para
702 o ano de 2027. Ainda no âmbito deste plano, está previsto que, após a conclusão da
703 nova sede da Casa Abrigo Menino Jesus I, será iniciada a reforma completa da sede
704 antiga para a transferência da Casa Abrigo Menino Jesus III que atualmente está em
705 um imóvel alugado. Em relação à Casa Abrigo para Adolescentes, existe uma sede
706 própria, que já passou por várias reformas e ampliações, mas diante da necessidade de
707 atender adequadamente demandas específicas como gestação e lactação de
708 adolescentes acolhidas, que aquela estrutura não comporta, foi pactuado e
709 determinado a locação de uma nova sede, que já está alugada e ficou entendido que
710 não seria adequado reformar a sede própria, estando também prevista a construção de
711 uma nova sede. O projeto arquitetônico será desenvolvido no próximo ano, com
712 previsão de obra no ano seguinte, em um terreno já definido, com estrutura para
713 atividades esportivas e recreativas adequadas à faixa etária. Em relação à Casa Abrigo
714 Menino Jesus II Solange informa que a casa também passou por diversas melhorias ao
715 longo do ano, como reforma do telhado, pintura, troca de piso com instalação de
716 laminado de PVC e adequações no parquinho. Está prevista a construção de um novo
717 depósito, que depende de processo licitatório específico. Está em curso um projeto de
718 remodelação total do mobiliário, com materiais lúdicos para a brinquedoteca e sala de
719 TV. Este pacote de melhorias faz parte de uma licitação no valor de R\$ 790.000,00 com
720 execução prevista para janeiro e fevereiro do próximo ano. Após esta exposição
721 Solange compartilha a frustração da equipe pela decisão judicial de suspender os
722 acordos firmados em virtude da transição da gestão municipal, tendo sido realizadas
723 três audiências das quais participaram o Prefeito, a Promotora Dra. Katia, o Juiz Dr.
724 Rodrigo e toda a equipe da SMAS envolvida. Mesmo com todo o planejamento técnico
725 e jurídico aprovado, com a inclusão dos projetos na LOA, a 5ª Promotoria solicitou nova
726 negociação com o futuro gestor. O município recorreu judicialmente, mas o Juiz

727 Substituto acatou a suspensão. A expectativa é que no próximo ano os acordos sejam
728 retomados conforme o planejamento original. Solange informa que os equipamentos já
729 licitados serão mantidos e instalados normalmente. Permanecem suspensas apenas as
730 construções de novas sedes e o depósito da Casa Abrigo Menino Jesus II, até novo
731 acordo judicial ser firmado. O Conselho deverá acompanhar este processo, visto que
732 muitos membros atuais não farão parte da próxima composição do CMAS. Solange fala
733 também sobre a preocupação com a proposta de reforma administrativa sugerida pela
734 comissão de transição da nova gestão, que pretende retirar a obrigatoriedade de que
735 diretores das áreas de Proteção Social Básica que atende os CRAS e os serviços de
736 convivência e fortalecimento de vínculos, bem como da Gestão do SUAS sejam
737 servidores públicos da Assistência Social. Ela ressalta o impacto negativo dessa
738 possível mudança, já que a profissionalização das direções foi um marco importante na
739 consolidação da política de assistência no município. Em sua fala ela sugere que o
740 Conselho elabore documento formal de repúdio à essas alterações, com apoio da
741 comunidade acadêmica e da representação dos trabalhadores dos SUAS, a fim de
742 evitar retrocessos. Continuando com outros informes da SMAS, Solange comenta sobre
743 a ausência de lançamento do Censo SUAS, tanto pela Secretaria como pelo Conselho,
744 devido a problemas no sistema federal. O prazo segue até o final do mês, podendo ser
745 prorrogado conforme a persistência dos erros sistêmicos. Na sequência a Diretora
746 Cíntia Regina Brun informa, para conhecimento dos conselheiros, sobre comunicação
747 recebida da Embaixada Solidária sobre uma deliberação federal para cofinanciamento
748 emergencial voltada a municípios que atendem fluxo migratório interno. A gestão já
749 tomou ciência e está em tratativas com o Conselho Estadual de Assistência Social e a
750 Secretaria gestora que é a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Paraná –
751 SEDEF, para esclarecer dúvidas, visto que a deliberação trata de um incentivo de
752 emergência socioassistencial na modalidade de cofinanciamento para oferta de
753 serviços socioassistenciais que busquem efetivar a promoção, apoio e proteção a
754 migrantes, apatriados e refugiados em situação de vulnerabilidade social oriundos de
755 fluxo migratório. Cíntia expõe as dúvidas levantadas, visto que quanto à execução do
756 recurso o incentivo emergência socioassistencial poderá ser destinado para as
757 seguintes ofertas socioassistenciais: 1- acolhimento emergencial na rede hoteleira; 2-
758 implantar ou implementar e manter alojamentos provisórios de forma direta ou por meio
759 de parcerias com OSCs; 3- ampliar as vagas de acolhimento nas unidades de

760 acolhimento institucional; 4- concessão de benefícios eventuais por vulnerabilidade
761 temporária e aluguel, conforme a regulamentação local. Num adendo consta ainda que
762 o município que definir pela oferta de benefício eventual por vulnerabilidade temporária
763 e aluguel deverá possuir regulamentação local com a devida aprovação do CMAS.
764 Cíntia informa que o recurso que o município pode pleitear e de R\$ 20.000,00 para
765 cada grupo de 50 migrantes, sendo que no âmbito governamental do município foi
766 pensado pleitear esse recurso para apoio à Casa de Passagem, por ser um serviço de
767 atendimento tipificado e continuado, inscrita no Conselho e que atende a todo o
768 regramento estabelecido. Cíntia destaca que, atualmente, entre as instituições
769 credenciadas, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e que
770 desenvolvem serviços tipificados e continuados no âmbito da política de assistência
771 social, além da Casa de Passagem nenhuma se enquadra plenamente nos critérios
772 estabelecidos para o pleito desses recursos. Diante disso, a gestão municipal elaborou
773 uma série de questionamentos e os encaminhou à SEDEF com o objetivo de obter
774 esclarecimentos sobre a possibilidade de direcionamento desses recursos a
775 organizações da sociedade civil não inscritas no Conselho e também sobre possíveis
776 alternativas de utilização do recurso em formatos distintos do convencional. A depender
777 das respostas obtidas, a gestão pretende dar seguimento ao diálogo institucional e
778 responder formalmente à solicitação recebida da Embaixada Solidária tanto pelo
779 Conselho quanto pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A Diretora Cíntia, na
780 condição de conselheira e integrante da Mesa Diretora do CMAS informa que o
781 Conselho Municipal de Assistência Social aguarda resposta da Secretaria gestora do
782 recurso quanto à forma de operacionalização, tendo em vista que a própria Secretaria
783 de Assistência Social também está em diálogo com a Secretaria de Estado e o
784 Conselho Estadual para verificar a viabilidade do repasse. Ela ressalta que a
785 implantação, implementação e manutenção de alojamento provisório não se configura
786 como objeto de trabalho da OSC Embaixada Solidária, o que gerou dúvidas adicionais
787 sobre a pertinência do repasse de recurso específico para tal entidade. Salientou-se,
788 ainda, que para qualquer repasse à Embaixada Solidária ou qualquer outra OSC, seria
789 necessário o lançamento de um chamamento público, assegurando que todas as
790 organizações interessadas tenham oportunidade de participar, inclusive com a
791 possibilidade de a Embaixada não ser selecionada, caso não atenda aos critérios
792 estabelecidos no edital. Ela relata que os questionamentos encaminhados à SEDEF

793 levaram em consideração o contido na Resolução da Comissão Inter gestores Bipartite
794 – CIB, integrada por gestores do Estado e da União, que trata do incentivo à
795 emergência socioassistencial, na modalidade de cofinanciamento. A referida resolução,
796 datada de maio de 2024, foi elaborada no contexto do pós-enchente no estado do Rio
797 Grande do Sul. Considerando esse histórico, o município chegou a levantar
798 internamente a possibilidade de aumento do fluxo migratório advindo daquela região
799 para Toledo, impulsionado por vínculos familiares e busca por se estabelecer no
800 município. No entanto, até o momento, não foi constatado aumento significativo nos
801 serviços de acolhimento que indicasse tal movimento migratório. Ela refere um
802 levantamento recente realizado pela Casa de Passagem, solicitado pela gestão,
803 demonstrou que, no ano de 2024, foram atendidos 264 indivíduos, sendo 165 migrantes
804 internos (provenientes de outras regiões do território nacional) e 65 de outras
805 nacionalidades. Além disso, o município possui cerca de 800 famílias cadastradas no
806 Cadastro Único como migrantes estrangeiros. Diante desses dados, reforçaram-se os
807 questionamentos sobre o público-alvo da deliberação e se o fluxo migratório existente
808 em Toledo está contemplado nas diretrizes da Resolução da CIB. Assim, no âmbito
809 governamental, optou-se por protocolar a solicitação de recurso com base na
810 legitimidade do serviço tipificado, continuado e inscrito no Conselho. Em relação às
811 parcerias com OSCs, ainda se aguarda retorno oficial dos órgãos competentes. Dando
812 continuidade aos Informes constantes da pauta, a conselheira Ana Clara abre espaço
813 para o item **b) Relato das Comissões externas e representações:** o Coordenador do
814 Cadastro Único, Everton Chaves Maria é convidado a apresentar informações sobre o
815 novo Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único. Ele explica
816 que o novo termo decorre das alterações legais implementadas pela Lei do Bolsa
817 Família, sancionada em 2023, e do decreto regulamentador publicado em novembro de
818 2024. Everton esclarece que o novo termo de adesão formaliza o compromisso dos
819 entes federados com a gestão dos programas Bolsa Família e Cadastro Único,
820 reintegrando os benefícios de saúde, educação e assistência social, que haviam sido
821 desconsiderados durante o período de vigência do Auxílio Brasil. Ele informa que com o
822 novo termo, o secretário municipal designado pelo prefeito passa a ser o gestor dos
823 programas, com a prerrogativa de indicar dois coordenadores: um para o Bolsa Família
824 e outro para o Cadastro Único. Ele informa que o município já se antecipou a essa
825 exigência e estabeleceu previamente a divisão entre essas coordenações, estando em

826 conformidade com as novas diretrizes. Everton também informa que um dos requisitos
827 para a adesão ao novo Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro
828 Único exige a participação do Conselho Municipal de Assistência Social, do gestor do
829 programa, representado pela secretária municipal, dos coordenadores designados para
830 os programas Bolsa Família e Cadastro Único, bem como da Comissão Intersetorial,
831 composta por representantes das áreas da assistência social, saúde e educação, no
832 caso do município de Toledo representada pelo Villian Veiss, o Dan Lee da Educação e
833 o Alexandre da Saúde, sendo apenas essas três áreas que integram a comissão de
834 forma oficial. O processo de adesão é conduzido via sistema SIGBPF – Sistema de
835 Gestão do Programa Bolsa Família, de forma totalmente digital. A gestão atual tomou a
836 decisão de realizar desde já a assinatura do termo, com o intuito de facilitar a transição
837 administrativa para a próxima gestão, a qual precisará apenas atualizar os dados dos
838 responsáveis por cada função. O novo termo de adesão conta com abas específicas
839 para preenchimento dos dados da gestão, incluindo as informações do secretário
840 municipal enquanto gestor do Bolsa Família e do Cadastro Único, bem como os dados
841 dos coordenadores responsáveis por cada programa. Além disso, foi destacada uma
842 nova aba que permite o detalhamento completo das equipes envolvidas na execução
843 do Cadastro Único e do Bolsa Família, tanto na área da saúde quanto da educação,
844 contemplando todos os profissionais que atuam diretamente com esses programas. A
845 geração do termo ocorre automaticamente a partir do preenchimento dos dados do
846 prefeito, da secretária, dos conselheiros, informações estas extraídas diretamente do
847 sistema CAD-SUAS, sendo necessário o preenchimento manual apenas dos dados das
848 coordenações e das equipes. Após esse preenchimento, o termo foi gerado e assinado
849 digitalmente pelo prefeito, por meio do sistema SEI e o município já se encontra em
850 conformidade com o processo, embora o prazo para assinatura do termo seja até 30 de
851 junho de 2025 de forma a evitar impactos diretos na execução dos programas sociais,
852 prejudicando o acesso dos beneficiários ao Programa Bolsa Família caso a adesão não
853 fosse realizada. **c) Correspondências recebidas e expedidas** Como último item dos
854 Informes é relatado que foram recebidos os demonstrativos sintéticos que são arquivos
855 que o Diretor Jean encaminhou para a Comissão de Orçamento deste CMAS; O ofício
856 do CEAS relativos à prestação de contas do IGD-SUAS, já apresentados em reunião
857 anterior; o ofício nº 2328/2024 da SMAS, referente ao convite para a entrega oficial dos
858 veículos adquiridos por emendas parlamentares, marcada para sexta-feira, às 16h30,

859 no Lago Municipal, ocasião para a qual todos os conselheiros estão convidados,
860 especialmente aqueles que participaram das deliberações das referidas emendas e
861 repasses; o ofício da APA com a indicação de nova representante; ofícios da GERAR e
862 da CÁRITAS, em atendimento às solicitações da Comissão Técnica e a solicitação do
863 conselheiro Erik para inclusão de ponto de pauta; e ofício do Conselho da Comunidade
864 solicitando inscrição no CMAS, o qual será encaminhado à Comissão Técnica.
865 Correspondências enviadas foram referentes a agendamentos de fiscalização,
866 comprovantes de inscrição das instituições que solicitaram registro no Conselho e
867 informações disponibilizadas para inscrição no Conselho do Biopark Educação. Não
868 havendo outros informes e concluída a pauta, a Vice-Presidente Ana Clara Schneider
869 agradece a todos/as e encerra a reunião às onze horas e quinze minutos. Eu, Edson
870 Alexandre de Oliveira Mandotti, Secretário Executivo do CMAS, encerro a presente ata,
871 a qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as para apontamentos de
872 eventuais alterações e na próxima reunião ordinária, será assinada por mim e pelos
873 demais presentes.